

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Fundo de Aval BANDES é um mecanismo garantidor à contratação de operações de crédito junto às instituições financeiras habilitadas por meio de aval aos empréstimos levantados por autônomos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte; familiares e associações de associações e colônias de pescadores, marisqueiros e assemelhados, assim como, associações de pescadores no Estatuto do fundo.

Criado a partir da Lei 11.125, o Fundo tem natureza privada, patrimônio próprio separado dos cotistas e da instituição administradora, e, formado pela integralização das cotas, comissões pecuniárias com finalidade de remunerar o fundo, resultado das aplicações financeiras, recuperação de crédito e por outras fontes definidas em Estatuto.

O Estado do Espírito Santo é o cotista inicial através de recursos oriundos do Fundo Estadual para o Financiamento de Obras e Infraestrutura Estratégica para o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo no valor de R\$ 20 milhões. E em dezembro de 2021, o município de Anchieta adquiriu cotas do fundo de aval no montante de R\$ 1,9 milhões.

Atualmente, as instituições financeiras habilitadas são: Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES e Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES. A atuação do BANDES por meio de fundos visa exclusivamente atender o cumprimento do mandato contido na legislação e por este fato não há exigência de autorização pela CVM, bem como o registro do Fundo está dispensado, pois, esse fundo não foi concebido com intuito de captar recursos de terceiros com objetivo de rentabilizar tais recursos no mercado financeiro, tampouco com o propósito de servirem de veículos para a oferta de um serviço profissional de gestão, principais características da atividade profissional regulada por aquela Autarquia.

2. GOVERNANÇA

O Estatuto e Regulamento originais do Fundo foram elaborados e aprovados pelo BANDES para possibilitar a integralização de cotas iniciais. A partir daí, qualquer alteração deverá ser objeto de deliberação dos cotistas, tendo o Estado representação em assembleia pela Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Poderão ser cotistas do Fundo: o Estado, pessoas jurídicas de direito público, pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública e instituições financeiras.

O BANDES atua como administrador e banco habilitado para utilizar o Fundo em garantia de suas operações de crédito, mas com segregação de atividade de crédito e outorgas de garantias realizadas em unidades distintas dentro da Instituição.

O BANDES mantém sua atuação alinhada com as diretrizes do governo estadual com objetivo de ser reconhecido como instituição financeira de referência para o desenvolvimento do Espírito Santo.

3. FUNCIONAMENTO

O Fundo de Aval BANDES tem por finalidade garantir o risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pelos agentes financeiros habilitados.

Os agentes financeiros habilitados atuam na concessão de empréstimos e financiamentos conforme política de crédito própria contratam as garantias do Fundo de Aval BANDES e procede a cobrança administrativa e jurídica dos avais concedidos.

A análise e a decisão sobre a concessão do empréstimo ou financiamento e contratação da garantia do Fundo de Aval BANDES são de responsabilidade exclusiva do agente financeiro habilitado, bem como o acompanhamento dos contratos em cobrança e recuperação de crédito.

Já os procedimentos de outorga e de honra são realizados pelo banco administrador.

4. RECURSOS DO FUNDO

Em 06/04/2020, através da Lei nº 11.125 foi autorizado o uso de recursos atualmente depositados no Fundo Estadual para o Financiamento de Obras e Infraestrutura Estratégica para o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, criado pela Lei nº 11.002 de 17/06/2019, para a realização de aporte previsto ao Fundo de Aval BANDES. Em 21/05/2020, foi realizado aporte R\$ 20 milhões na conta de titularidade própria do Fundo no Banco Banestes S/A.

Em 16/11/2011, com a publicação do decreto nº 6196, o município de Anchieta passa a ser cotista do Fundo de Aval, com aporte de R\$ 1,9 milhões em 17/12/2021 na conta corrente do Fundo.

5. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Os ativos do Fundo de Aval BANDES são administrados em conta bancária específica em nome do Fundo, aplicados em valores mobiliários em concordância com sua política de investimento.

O Fundo não tem registro na CVM, pois não foi concebido com intuito de captar recursos de terceiros com objetivo de rentabilizar tais recursos no mercado financeiro. Também não foi criado com o propósito de servir de veículo para a oferta de um serviço profissional de gestão, principais características da atividade de profissional regulada por aquela Autarquia.

A atividade regulada pela CVM busca recursos da poupança popular para rentabilizá-los com sua aplicação no mercado financeiro e de capitais, sempre limitado por um mandato de gestão e risco assinado com seus investidores.

A atuação do BANDES por meio de fundos visa exclusivamente atender o cumprimento de mandato contido na legislação.

6. CARTEIRA DE OUTORGAS

No exercício de 2021, foram outorgadas 1.591 operações, totalizando R\$ 8,3 milhões garantidos pelo Fundo. Em 2020, foram outorgadas 4.642 operações, totalizando R\$ 23,0 milhões.

6.1. DISTRIBUIÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO

OUTORGAS	Nº OPERAÇÕES		VALOR (R\$)	
	2020	2021	2020	2021
BANDES	29	9	R\$ 3.213.989,23	R\$ 1.488.984,62
BANESTES	4613	1582	R\$ 19.870.659,19	R\$ 6.896.026,33
	4642	1591	R\$ 23.084.648,42	R\$ 8.385.010,95
	6233		R\$ 31.469.659,37	

6.2. LIMITES DE RISCO DE CRÉDITO OUTORGADO

O regulamento do Fundo trata como limitador à outorga a classificação das operações por agente financeiro, sendo permitido:

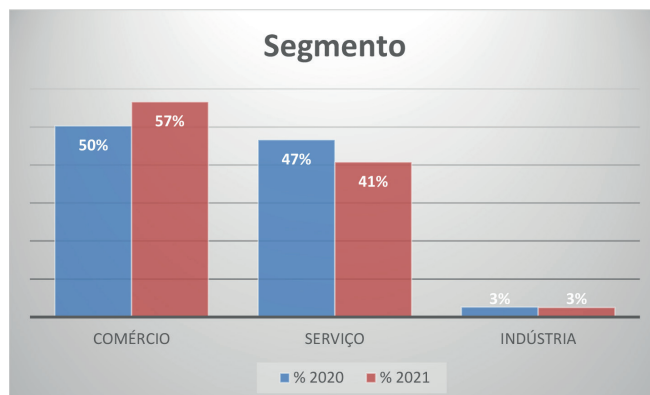
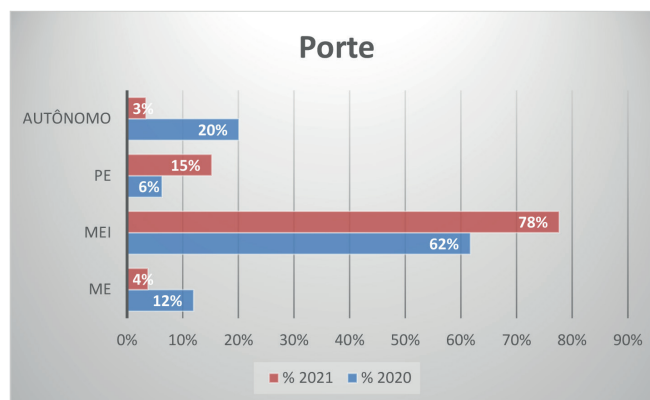
- Até 10% dos valores garantidos com risco D e E;
- Até 5% dos valores garantidos com risco isoladamente E.

Atualmente, a carteira das operações outorgadas pelo Fundo possui somente 01 operação com classificação E.

RISCO DA OPERAÇÃO	OPERAÇÕES	R\$	%
AA	2940	R\$ 13.089.267,01	42,19%
A	3164	R\$ 16.666.275,15	53,71%
B	27	R\$ 1.184.699,63	3,82%
C	3	R\$ 82.000,00	0,26%
D	0	R\$ -	0,00%
E	1	R\$ 5.000,00	0,02%

6.3. EXTRATO ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES GARANTIDAS

Em 2021, de acordo com os valores garantidos pelo Fundo, permanece a concentração em operações para atendimento aos microempreendedores individuais, observa-se equilíbrio entre o segmento de serviços e comércio.



FUNDO DE AVAL

bandes



O Fundo garantiu operações em todos os 78 municípios do Espírito Santo. A maior concentração está nos municípios de Colatina, Vila Velha e Vitória cujos valores garantidos variam de 5% a 12%. A Grande Vitória representa 34,38% do valor de outorgas e o Interior com 65,62%.

7. RESULTADOS

No exercício de 2021, o resultado do exercício foi negativo em R\$ 173 mil e o patrimônio líquido apurado foi de R\$ 21,5 milhões. Considerando os decretos nº 446-S de 02/03/2020, 1212-S de 29/09/2020 e 610-R de 26/03/2021 nos quais é declarado estado de calamidade pública no Espírito Santo, o Fundo de Aval BANDES não auferiu receita de CPA – Comissão Pecuniária de Aval a que teria direito, pois nos termos do parágrafo 5º do art. 13 do regulamento do Fundo de Aval BANDES, em situação de emergência, estado de calamidade pública ou estado de emergência em saúde pública instituído oficialmente pelo Estado, enquanto perdurar os efeitos legais, as operações realizadas na vigência dessas situações não terão cobrança de CPA.

8. REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR

O Administrador receberá, pelos serviços prestados ao Fundo, taxa de administração dos recursos, em percentual de 0,25% a.m., incidente sobre a totalidade dos ativos do Fundo.

E fará jus a 2%, incidente sobre os valores revertidos ao Fundo por conta dos créditos recuperados, destinada à cobertura das despesas incorridas em atividades administrativas e de suporte à gestão de garantias.

No exercício 2021 o BANDES recebeu R\$ 592 mil de taxa de administração.

9. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- Lei Estadual nº. 11.125 de 07/04/2020 – Autoriza o Estado a participar do Fundo a ser criado pelo BANDES - Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo S/A;
- Estatuto do Fundo de Aval, registrado em 22/06/2020;
- Regulamento de Operações do Fundo de Aval, registrado em 22/06/2020;
- Decretos nº 446-S de 02/03/2020, 1212-S de 29/09/2020 e 610-R de 26/03/2021 – Declara estado de calamidade pública no Espírito Santo.

Vitória – ES, 24 de março de 2022.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A. – BANDES
Administrador

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2021	2020
CIRCULANTE	21.671	19.819
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	9.049	10.011
Aplicações em Operações Compromissadas	9.049	10.011
Letras Financeiras do Tesouro	9.049	10.011
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (3)	12.526	8.060
Títulos de Renda Fixa	8.436	8.060
Certificados de Depósitos Bancários	8.436	8.060
Cotas de Fundos de Investimento	4.090	1.748
Banestes Liquidez – Renda Fixa – Referenciado	4.090	1.748
OUTROS CRÉDITOS	96	-
Impostos e Contribuições a compensar	96	-
TOTAL DO ATIVO	21.671	19.819

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	2021	2020
CIRCULANTE (4)	77	51
Outras Obrigações	77	51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (9)	21.594	19.768
Cotistas	21.999	20.000
Cotas Integralizadas	21.999	20.000
Resultados Acumulados	(405)	(232)
Resultado de Exercícios Anteriores	(232)	-
Resultado do Exercício	(173)	(232)
Lucro/Prejuízo do Exercício	(173)	(232)
TOTAL DO PASSIVO	21.671	19.819

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS	919	161
Rendas de Títulos de Renda Fixa	425	78
Letras Financeiras do Tesouro	-	60
Certificado de Depósito Bancário	376	23
Fundo de Investimento	102	-
Outras Receitas Operacionais	16	23
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.092)	(393)
Despesas com Garantias	(382)	-
Honras com Garantias Prestadas (4.b)	(382)	-
Despesas de Títulos de Renda Fixa	-	(3)
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	-	(3)
Despesas Administrativas	(652)	(390)
Publicações	-	(13)
Serviços do Sistema Financeiro	(60)	(25)
Taxa de Administração do Fundo	(592)	(350)
Outras Despesas Administrativas	-	(2)
Outras Despesas Operacionais	(58)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(173)	(232)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em milhares de Reais)

Eventos	Cotas Emitidas	Resultados Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 01/01/2020	20.000	(232)	19.768
- Ingressos de Recursos (9.b)	1.999	-	1.999
- Resultado do Exercício	-	(173)	(173)
SALDOS EM 31/12/2021	21.999	(405)	21.594
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2021	1.999	(173)	1.826

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(173)	(232)
Impostos e Contribuições a Recolher	27	-
Outros Créditos	(96)	-
Credores Diversos – País	(1)	51
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(243)	(181)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações Financeiras de Liquidez	961	-
Títulos e Valores Mobiliários	(2.717)	(19.819)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(1.756)	(19.819)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Cotas de Capital	1.999	20.000
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	1.999	20.000
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS		
Início do Período	-	-
Fim do Período	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo de Aval BANDES é um fundo privado, constituído em abril de 2020 e administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A. Possui patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e do Administrador, sendo sujeito a direitos e obrigações próprias.

O Fundo tem por finalidade garantir o risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições financeiras habilitadas a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, autônomos, cooperativas de agricultura familiar capixaba, sindicato de agricultores familiares e associações de pequenos agricultores familiares, associações e colônias de pescadores, marisqueiros e assemelhados, assim como associações de pescadores profissionais artesanais e agricultores.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no que couber.

Na preparação destas demonstrações contábeis foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais. Estas demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão em 24 de março de 2022 pela Administração (Fundamento: Estatuto Fundo de Aval BANDES, Art. 15, Incisos XVI a XVIII).

Principais Práticas Contábeis Adotadas

- O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.
- As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica;
- O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano; e
- Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:
 - Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
 - Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
 - Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.
- A moeda funcional utilizada pelo Fundo de Aval BANDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores estão expressos em milhares de reais.

3. Títulos e valores mobiliários

As disponibilidades de caixa do Fundo de Aval BANDES estão aplicadas em Letras Financeiras do Tesouro, de liquidez imediata e cotas de fundos de investimento de renda fixa e Certificado de Depósito Bancário, mantidos até o vencimento e avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Os fundos de investimentos são mensurados pelo valor real da cota na data do balanço. Esta informação está disponível em publicações da CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data.

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Categoria do Título	1 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	R\$ mil
Liquidez Imediata	9.049	-	-	9.049
Letras Financeiras do Tesouro	9.049	-	-	9.049
Mantidos até o Vencimento	4.090	-	8.436	12.526
Certificado de Depósito Bancário	-	-	8.436	8.436
BANCO BMG S.A.	-	-	2.113	2.113
BANCO PAN S.A.	-	-	2.111	2.111
BANCO ABC BRASIL S.A.	-	-	2.106	2.106
BANCO DAYCOVAL S.A.	-	-	2.106	2.106
Contas de Fundo de Investimento - BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REF DI (1)	4.090	-	-	4.090
Total dez 2021	13.139	-	8.436	21.575
Total dez 2020	11.759	-	8.060	19.819

(1) O fundo de investimento de renda fixa BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REF DI é um fundo de risco baixo, administrado pelo Banestes – Banco do Estado do Espírito Santo S/A e que recebe recursos de investidores pessoas físicas e/ou jurídicas em geral, de Fundos de Investimento, de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Outras Obrigações

Correspondem a Impostos e Contribuições a Recolher R\$ 27 (0 em 31 de dezembro de 2020) e Taxa de Administração R\$ 50 (R\$ 51 em 2020) referente à competência 12/2021 devida ao banco administrador – BANDES.

5. Honras com Garantias Prestadas

Conforme Art. 35 e correlatos do Regulamento do Fundo de Aval BANDES, o pagamento de honra se dará no dia 10 (dez) do mês subsequente à autorização de honra da garantia, ou no dia útil imediatamente posterior. As garantias solicitadas pelos agentes financeiros Credenciados R\$ 382 foram provisionadas e pagas dentro do próprio exercício.

Operações Honradas		
Agente Credenciado	2021	2020
Bandes	-	-
Banestes	382	-
Total	382	-

6. Comissão Pecuniária de Aval – CPA

Nos termos do parágrafo 5º do art. 13 do Regulamento do Fundo de Aval BANDES, bem como do Decreto Nº 610-S DE 26/03/2021 em que Governo do Estado do Espírito Santo declara Estado de Calamidade Pública por conta da pandemia da “COVID-19”, o Fundo de Aval BANDES não auferiu receita de CPA – Comissão Pecuniária de Aval a que teria direito conforme o caput do Art. 13 do Regulamento mencionado acima. Da expiração do referido decreto em 22/09/2021 até o encerramento do Exercício o fundo não efetuou operação passível de cobrança de CPA.

7. Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não foram identificados eventos subsequentes que gerariam ajustes nas demonstrações contábeis.

8. Efeitos COVID-19

A Administração atenta a possíveis impactos nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2021 e futuros, provocados especificamente pelo “COVID-19”, tem monitorado permanentemente variações potenciais nos resultados, que podem sensibilizar negativamente o resultado das operações.

9. Patrimônio Líquido

a. O Patrimônio Líquido de R\$ 21.594 (R\$ 19.768 em 2020) compõe-se de R\$ 21.999 (R\$ 20.000 em 2020) de Cotas Integralizadas, -R\$ 232 de Resultado de Exercícios Anteriores e -R\$ 173 (-R\$ 232 em 2020) de Prejuízo do Exercício.

b. Em 12/2021 o fundo recebeu aporte de recursos do novo cotista Prefeitura Municipal de Anchieta, a qual adquiriu 2.042 cotas no valor total de R\$ 1.999, que somadas a 20.000 cotas do Governo do Estado do Espírito Santo, totalizam 22.042 cotas integralizadas.

MUNIR ABUD DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

MARCOS KNEIP NAVARRO
Diretor de Negócios

CLÁUDIO ROBERTO SAADE
Diretor Operacional

SÁVIO BERTOCHI CAÇADOR
Diretor de Administração e Finanças

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021

Aos

Diretores e demais Administradores do

FUNDO DE AVAL BANDES

Instituído pela Lei Estadual nº 11.125/2020 e Operado pelo

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES

Avenida Princesa Isabel nº 54 - Edf. Caparaó 9º andar - Centro - Vitória/ES - CEP. 29.010-906

CNPJ(MF) nº 36.946.992/0001-91 - Site: www.bandes.com.br

Prezados(as) Senhores(as),

1) Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE AVAL BANDES** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO DE AVAL BANDES** ("Entidade") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis nas circunstâncias a tais Entidades.

2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto com as notas explicativas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e do Banco Operador.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e do Banco Operador. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Entidade e do Banco Operador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 26 de março de 2021, sem modificação de opinião.

Recife/PE, 24 de março de 2022

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O - CNAI/PJ nº 029 - CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES
Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES
CNAI 4850